

OS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DE 1964 e 2016: UMA DISPUTA DE SENTIDOS

Ariana da Rosa Silva

Orientadora: Bethania Mariani

Doutoranda

RESUMO: Esta pesquisa está filiada à teoria da Análise do Discurso francesa, com base em estudos de Pêcheux (2014a [1969], 2014b [1988]), na França, e desenvolvida por Orlandi (1997 [1992]) no Brasil. O objetivo desse trabalho é apresentar o que tem sido desenvolvido em nossa pesquisa de doutorado. Nosso *corpus* se compõe do discurso político da sessão da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016, direcionada à decisão pela legitimidade e continuidade do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff. De acordo com a Análise do Discurso, as palavras que circulam socialmente materializam, na história, a disputa pelos sentidos. Nessa perspectiva, ao se dizer ‘golpe’ ou ‘impeachment’, inscreve-se uma luta de forças na busca pela fixação e estabilização dos sentidos. Interessa-nos, sobretudo, neste estudo, observar a disputa pelos sentidos possíveis para as denominações dadas ao acontecimento histórico de 2016 em relação ao de 1964. Isto porque consideramos que há um movimento existente na tensão entre memória e esquecimento que faz com que os sentidos se estabilizem e criem o efeito de evidência, naturalizando os sentidos, que passam a ser comuns à sociedade. Deste modo, verificaremos como se dá o processo de produção de sentidos nos discursos dos deputados nesse momento da história do Brasil, observando a quais formações discursivas estão identificados esses dizeres. Para isso, levamos em conta a posição sujeito que ocupam no momento da enunciação e as condições de produção desses discursos, ou seja, a historicidade que atravessa os dizeres, uma vez que existe uma relação entre língua e história, que se coloca como lugar material em que os processos de produção de sentidos se realizam.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; discurso político; impeachment; história; sentidos.

Primeiras palavras

Esse artigo tem o objetivo de apresentar algumas questões que estão sendo desenvolvidas em nossa tese de doutorado sob orientação da professora Bethania Mariani no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Nosso estudo está em fase de elaboração e aperfeiçoamento. Sendo assim, não trazemos, ainda, resultados, mas algumas reflexões sobre as quais estamos debruçados no momento.

Para o desenvolvimento desse trabalho, filiamo-nos à teoria da Análise do Discurso com base em estudos de Pêcheux (2014a [1969], 2014b [1988]), na França, e desenvolvida por Orlandi (1997 [1992]) e outros pesquisadores no Brasil. Esta é uma disciplina que trabalha no entremeio, em um lugar entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Teoria do Discurso, sendo, ao mesmo tempo, atravessada por uma teoria da subjetividade, com base na Psicanálise Lacaniana.

A Análise do Discurso produz, no entanto, deslocamentos dessas áreas do saber, colocando questões para elas e “fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva” (ORLANDI, 2007, p. 25). A Análise do Discurso é uma disciplina que compreende a linguagem sempre em relação à “constituição dos sujeitos e à produção de sentidos”, considerando sua relação com a exterioridade, ou seja, é a “incrição da história na língua que faz com que ela signifique” (ORLANDI, 1994, p. 53).

Dessa forma, ancorados à teoria e aos procedimentos de análise da Análise do Discurso, buscamos compreender o funcionamento da linguagem em nosso corpus. Nosso corpus é composto de enunciados dos deputados na sessão de 17 de abril de 2016 direcionada à decisão pela legitimidade e continuidade do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff. Assim, verificaremos, em nossa pesquisa, como se produzem os efeitos de sentido nesse discurso dos deputados na Câmara dos Deputados na sessão mencionada.

Apontaremos, portanto, neste artigo, algumas questões que estão sendo desenvolvidas em nossa tese. Para isso, apresentaremos brevemente a teoria à qual nos filiamos e, em seguida, abordaremos o caminho que tem sido percorrido.

Filiação teórico-metodológica: A Análise do Discurso pecheutiana

Pêcheux (2014a [1969]), na década de 60 na França, propõe uma nova forma de estudar a linguagem e dá início à formulação teórica da Análise do Discurso. Assim, Pêcheux (2014a [1969]) reterritorializa conceitos da Ciência Linguística, do Marxismo e da Psicanálise para, desta forma, propor uma teoria não subjetiva da subjetividade. Portanto, dialoga, em certa medida, com as questões propostas por Saussure na Linguística e considera duas releituras desenvolvidas naquele momento: a releitura que Althusser desenvolve de Marx e a releitura feita por Lacan da obra de Freud.

Para fazer análise do discurso, é necessário sempre considerar que a linguagem só faz sentido porque há uma inscrição histórica. É essa historicidade que faz com que os sentidos se produzam nos dizeres, tornando a linguagem opaca, não transparente. Consoante Pêcheux (2011 [1983]), “a língua natural não é uma ferramenta lógica mais ou menos falha, mas sim o espaço privilegiado de inscrição de traços languageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica” (PÊCHEUX, 2011 [1983], p. 146).

Para que fosse possível realizar a formulação teórica da Análise do Discurso, como um novo campo de estudo da linguagem, era preciso também fundar um novo objeto de análise. Pêcheux (2014a [1969]) propõe, então, o *discurso* como seu objeto teórico e o define como “‘um efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2014a [1969], p. 81), ou seja, discurso é efeito de sentido entre locutores, é o lugar de contato entre língua e ideologia. A ideologia é o que faz com que os sentidos sejam naturalizados e tomados como evidências nos dizeres.

Assim, a Análise do Discurso trabalha em um batimento entre descrição e interpretação, relacionando a língua à sua exterioridade, isto é, às suas condições de produção, buscando sempre desestabilizar as evidências dos sentidos. De acordo com Pêcheux (2014a [1969]), as condições de produção são “‘circunstâncias’ do discurso” (PÊCHEUX, 2014a [1969], p. 74) e são representadas pelas formações imaginárias às quais o sujeito está ou não aderido no momento em que enuncia. São, portanto, essas projeções que o sujeito ao enunciar faz de si, de seu ouvinte e do que se fala no momento da enunciação que vão regular a produção dos dizeres.

É importante destacar que o sujeito é entendido, na teoria, como uma posição entre outras possíveis assumida ao enunciar. Não se trata de um sujeito empírico, dono seu dizer, mas de uma “posição-sujeito (discursiva)” (ORLANDI, 2008, p. 99) que não tem controle ou

domínio de seus atos e do que diz. Essa posição é constituída e precisa ser entendida pela projeção de seu lugar no mundo para a posição assumida no discurso (ORLANDI, 2008).

É, pois, nesse lugar de entremeio que nossa pesquisa se situa, em uma busca de desestabilização das evidências dos sentidos atravessados pela historicidade.

Nossa pesquisa: uma disputa de sentidos

Em 2016, o Brasil vivenciou um novo momento marcante de sua história: o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Isso fez com que a memória de outro acontecimento histórico retornasse discursivamente: a deposição do Presidente João Goulart em 1964. O que se via era a retomada de termos e comparações voltadas a esse acontecimento de 1964, tanto nos dizeres dos parlamentares quanto na circulação do discurso na mídia e nas diversas esferas da sociedade. Isso nos trouxe muitos questionamentos que estão sendo desenvolvidos em nosso estudo. Podemos observar, por exemplo, nos pronunciamentos dos deputados Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e Givaldo Vieira (PT-ES):

SD1: **Perderam em 1964. Perderam agora em 2016.** Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... **Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!** (JAIR BOLSONARO, PSC-RJ, 2016)

SD2: **A coragem daqueles que resistiram ao Golpe de 1964, com dor, sangue e a própria vida,** foi o que devolveu à minha geração a tão sonhada liberdade. **Em homenagem a esses lutadores da democracia, eu me recuso a entregar o meu país nas mãos dos golpistas, nas mãos dos traidores,** nas mãos dos corruptos que armaram esta farsa e aqui a comandam! (GIVALDO VIEIRA, PT-ES, 2016)

Nas duas sequências apresentadas, há uma retomada do acontecimento histórico de 1964 em uma associação ao acontecimento atual de 2016, a partir do momento em que é retomada a data (1964) e os modos de nomear os acontecimentos ressignificando-os.

Na primeira sequência, o deputado Jair Bolsonaro afirma: “Perderam em 1964. Perderam em 2016”, como se os que “perderam” nos dois momentos fossem os mesmos. Em seguida, afirma ser “contra o comunismo”, colocando, como evidência, que, em ambos acontecimentos, os que “perderam” eram “comunistas”.

O deputado retoma, ainda, o nome do Coronel do Exército Brasileiro Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos comandantes do Exército acusado de torturas durante o período de Ditadura Militar. Jair Bolsonaro traz à memória um nome da história da ditadura brasileira para afirmar que este foi o “terror de Dilma Rousseff”. Ou seja, há sempre um movimento de retomada de uma memória dos acontecimentos de 1964. Fala-se do presente, mas a todo tempo relembando o passado, através de um já-dito, de uma evidência dos sentidos.

Na segunda sequência, do deputado Givaldo Vieira, a memória que se retoma é dos que lutaram em um movimento de resistência contra o processo que se instaurava em 1964, como afirma o deputado, com “coragem”, “com dor, sangue e a própria vida”, são “lutadores da democracia”. Assim, podemos dizer que, neste caso, faz-se referência aos acontecimentos de 1964, que o deputado, chama de “golpe”, para dar voz ao movimento de resistência.

Nessa perspectiva, podemos verificar que existe sempre uma retomada da memória em uma luta de forças pela estabilização dos sentidos. De um lado, os acontecimentos de 1964 e 2016 representaram a luta contra o “comunismo” e, por outro lado, os acontecimentos são vistos como luta pela democracia.

Além disso, a circulação da mídia também trouxe a comparação entre os acontecimentos de 1964 e 2016 em diversas situações. De acordo com Mariani (1996), há, cada vez mais, um “aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia”, uma vez que a imprensa pode direcionar os sentidos a partir do relato dos fatos e também “perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tomando-as eventos-notícias” (MARIANI, 1996, p. 62). Isso pode ser observado nas imagens 1 e 2 que seguem:

Deputado pró-impeachment compara processo com golpe de 1964

Eduardo Bolsonaro diz que é preciso evitar registro pela 'esquerda' para não serem chamados de golpistas

POI EDUARDO BRESCIANI

BRASÍLIA - 11/04/2016 09:43:00



deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) - Agência Câmara 21/10/2016

BRASÍLIA - O deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) comparou o processo do impeachment da presidente Dilma Rousseff com o golpe militar de 1964 afirmando que os deputados precisam evitar que a esquerda faça o registro da história para que não sejam tratados de golpistas. Ele ressaltou que em 2 de abril de 1964 o Congresso aprovou a deposição de João Goulart, o que ocorreu depois que os militares já tinham tomado o poder.

— Se deixarmos a esquerda seguir registrando a história, amanhã todos nós seremos tachados de golpistas, porque nessa mente doentia deles eles creem de fato que estamos sendo golpistas — disse Eduardo Bolsonaro, que é filho do também deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

Imagem 1¹: Jornal *O Globo online*, publicado em 11 de abril de 2016.

¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/deputado-pro-impeachment-compara-processo-com-golpe-de-1964-19061178>
Anais do IX SAPPIL – Estudos de Linguagem, UFF, nº 1, 2018.

BUSCAR

POLÍTICA

PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA

31/08/2016 19h31 - Atualizado em 31/08/2016 17h38

Dilma diz que impeachment é 2º golpe de estado que enfrenta na vida

Senado aprovou nesta quarta, por 61 a 20, afastamento definitivo da petista. Dilma fez pronunciamento a jornalista no Alvorada após decisão de senadores.

Filipe Matoso
Do G1, em Brasília

FACEBOOK



Em seu primeiro pronunciamento após a **aprovação do impeachment pelo Senado**, a agora ex-presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quarta-feira (31) que a decisão dos senadores é o segundo golpe de estado que enfrenta na vida. A petista disse ainda que os senadores que votaram pelo seu afastamento definitivo rasgaram a Constituição e consumaram um golpe parlamentar.

"É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo." **Leia íntegra do discurso de Dilma após o impeachment.**

Processo de Impeachment de Dilma

veja tudo sobre >



Marco Aurélio cobra instalação da comissão do impeachment...
07/12/2016

Senado pede ao STF que rejeite ação na qual Dilma questiona impeachment
17/12/2016

Teori nega pedido de Dilma para suspender impeachment
20/10/2016

Para Temer, eleição deste ano mostrou que tese do golpe 'não prevalece'
05/10/2016

Política

Dilma Rousseff

Luiz Inácio Lula da Silva

Shopping



Extra.com.br
Samsung LED 49

Imagem 2²: Jornal G1 online, publicado em 31 de agosto de 2016

²<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/dilma-discursa-no-alvorada-apos-aprovacao-do-impeachment.html>

Essas imagens apresentam uma relação do *impeachment* de 2016 com o acontecimento histórico de 1964, a partir de notícias que reportam dizeres de um deputado, Eduardo Bolsonaro (imagem 1), e da própria Presidenta Dilma Rousseff (imagem 2). Ou seja, dá-se visibilidade às posições de ambos sobre os acontecimentos de 2016 em relação ao de 1964, travando uma batalha pela luta dos sentidos, através de uma retomada da memória e deixando ver o que se deseja manter na história.

Além da circulação destes acontecimentos nos jornais e no Congresso em 2016, também circulavam esses discursos nas redes sociais e nas manifestações de rua. Muitas imagens, áudios e vídeos circulavam, trazendo em seus enunciados a disputa de sentidos para os acontecimentos atuais em relação a 1964. Destacamos, a seguir, uma dessas imagens, em que podemos verificar a ocorrência dos termos ‘golpe’ e ‘impeachment’ na disputa de sentidos em um mesmo enunciado, afirmando: “Não vai ter golpe, vai ter impeachment”.



Imagem 3: manifestação a favor do impeachment 2016.

Tudo isso nos chamou atenção e nos fez questionar sobre essa circulação de sentidos em sua evidência em 2016 tanto pela mídia e pelas redes sociais, como vimos nas imagens

anteriores, quanto no próprio discurso político, como observamos nos dizeres de deputados da Câmara, tais como sentidos dados para os termos ‘golpe’, ‘democracia’, ‘ditadura’, ‘impeachment’, entre outros que, então, circulavam.

Foi em meio a essa circulação do discurso que descobrimos a urgência de entender os processos de significação das denominações dadas a esse momento político no Brasil em 2016 e como reverbera na memória quando esse acontecimento histórico é narrativizado.

Nossa pesquisa consiste, portanto, em analisar os dizeres de deputados sobre o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, para observar a deriva de sentidos possíveis na denominação desse processo político em relação ao de 1964. Consideramos que há uma disputa de sentidos que se materializa na língua. Enquanto alguns sentidos se fixam, outros não se deixam dizer, são silenciados, apagados na escrita da história.

É preciso destacar que as maneiras de nomear os acontecimentos históricos e as coisas do mundo, de modo a significá-lo, já trazem, nas próprias palavras, filiações às diversas formações discursivas que atravessam os dizeres. De acordo com a Análise do Discurso, as palavras que circulam socialmente materializam, na história, a disputa pelos sentidos. Assim, denominar o acontecimento histórico de 2016 no Brasil, como ‘golpe’, ‘deposição’, ‘impeachment’, ou qualquer outra denominação possível, implica considerar determinadas identificações do sujeito. É essa relação entre linguagem e historicidade que faz com que os sentidos se produzam e se fixem na história, sendo sempre atravessados pela memória e pelo esquecimento.

O principal objetivo deste estudo é observar a disputa pelos sentidos possíveis para as denominações dadas ao acontecimento histórico de 2016, já que há um movimento existente na tensão entre memória e esquecimento que faz com que os sentidos se estabilizem e criem efeitos de evidência. Assim, naturaliza-se um sentido, que passa a ser comum à sociedade, e são esses dizeres já-ditos que significam em novas formulações. No momento em que o termo ‘golpe’ retorna aos dizeres e circula socialmente em meio a outros, ele está atravessado por uma historicidade, trazendo sentidos naturalizados e estabilizados, que retomam dizeres já ditos e esquecidos.

Para isso, devemos levar em conta a historicidade que atravessa o discurso, uma vez que existe uma relação entre língua e história, que se coloca como lugar material em que os processos de produção de sentidos se realizam. “Falando de história e de política, não há como

não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos” (ORLANDI, 1999, p. 59).

Considerações finais

Com o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso, ao qual nos filiamos para o desenvolvimento desta pesquisa, pretendemos desestabilizar as evidências, estudando o discurso sempre o relacionando à sua historicidade. Tentaremos responder às nossas questões sempre considerando que, em nosso caso de estudo, o sujeito enuncia estando sempre interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, na ilusão de autonomia da linguagem.

Vale destacar que é trabalho do analista do discurso é questionar as evidências dos sentidos, para que dessa forma possamos compreender “a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente” (ORLANDI, 2010, p. 59).

Reforçamos, por fim, que esta é uma pesquisa ainda em fase inicial de desenvolvimento. Por isso, não temos resultados a serem apresentados nesse momento, mas esperamos que em breve possamos trazê-los.

REFERÊNCIAS

MARIANI, B. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256 f. Tese (doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1996.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 1997 [1992].

ORLANDI, E. **O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso**. In: Revista DELTA, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes 2007 [1996].

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999. P. 59-71.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas, SP: 3ª Edição, Pontes, 2008.

ORLANDI, E. **Análise De Discurso**: Princípios e Procedimentos. 9ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). [1969] In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. [1988][1975]. Tradução: Eni P. Orlandi. 5ª edição. Campinas, SP: Unicamp, 2014b.